

## RESENHA CRÍTICA DO LIVRO “SAIR DA GRANDE NOITE – ENSAIO SOBRE A ÁFRICA DESCOLONIZADA”, DE ACHILLE MBEMBE

Luis Aleksandre L. Nascimento<sup>1</sup>

Mateus Sena<sup>2</sup>

### Capítulo I – A partir do crânio de um morto: trajetórias de uma vida

O capítulo 1 é composto por um relato essencialmente autobiográfico, nele Mbembe demonstra como é danosa a falta de autonomia para o processo de descolonização. O autor parte de sua trajetória de vida, descrevendo o seu país de origem e buscando na memória o cotidiano de sua infância e adolescência.

O tom em que se apresenta a narrativa faz saltar aos olhos a forma como o jovem Achille Mbembe foi marcado pela infância em uma sociedade africana do séc. XX. O sarcasmo ao explicar a origem do nome do país. E, diante disto, afirma “Cresci à sombra dessa região desprovida de nome próprio, pois, em certo sentido, o nome que (o país) ostenta é fruto do espanto de um outro” (MBEMBE, 2014). Destaca-se também a presença de trechos que mostram que a imposição cultural pelo remodelação do cotidiano dos camaroneses não é, de tudo, capaz de apagar o estranhamento; uma lembrança, seguida por uma desconfiança de que o idioma falado não é o mesmo de outrora, os costumes não são os mesmos de outrora e a vida não é a mesma de outrora. Como se demonstra nos trechos:

(...) não era devoto porém, o crucifixo suscitou a minha curiosidade durante um largo período de tempo. De facto enquanto o homem estava pregado na cruz, profundamente abalado pela dor, a sede, o sofrimento e a febre – pelo menos assim o imagino – não entendia porque cristo não estava transfigurado de tanto compadecimento. (MBEMBE, 2014)

o prenúncio do Natal, outra sequência do calendário cristão. (MBEMBE, 2014)

as lendas sibilantes do cristianismo [...] as Páscoas, antecedidas, anualmente, pelo Domingo de Ramos e por vias-sacras infindáveis: a

<sup>1</sup> Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

<sup>2</sup> Graduando em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Quaresma, como é evidente a oração, a penitência, os cânticos monótonos de idosas proferindo o *Stabat Mater* a meio da tarde, as catorze estações, a crucificação e a sepultura, Judas, Pilatos, o Gólgota e a Ressureição. (MBEMBE, 2014)

Ainda em fragmentos de memória, Mbembe observa:

Distingo os túmulos sob o anteparo das habitações, ou na beira da estrada, bem como nesse cemitério abandonado, no coração da aldeia, mesmo diante da concessão do chefe, entre as árvores e uma ou duas palmeiras denunciando o fardo do tempo, junto dos coqueiros e da capela, e onde, um dia o Caterpillar que levava a cabo as obras de reconstrução da estrada acabou por abrir uma sepultura, desordenando umas velhas ossadas, dispersando-as e arrastando-as pela vala, quais objetos perdidos, atirados à frente dos nossos olhos, como farrapos. (MBEMBE, 2014)

Essa afirmação mostra como a colonização era desrespeitosa. Não respeitava estruturas básicas de uma sociedade, como o local onde são postos os corpos de seus antepassados.

Em uma longa ponderação que introduz o capítulo, o autor demonstra proximidade com o pensamento heideggeriano ao analisar “para que poetas?” e chega a conclusões sobre o significado de um viragem e sua essência: “lutos e exéquias, das histórias que se contavam nessas ocasiões: sobre este ou aquele cuja sombra, num dia deslumbrante, foi avistada nos campos onde essa mesma pessoa costumava trabalhar” (MBEMBE, 2014). Ocorre de forma semelhante nos trechos:

outro que se ergueu das entranhas da terra para prosseguir com os passeios, cortar a madeira, extrair o vinho de palma, visitar a sua casa já caída a noite, refazendo assim o caminho sempre inconcluso que, desde tempos imemoriais, é suposto culminar na morte e vice-versa, numa espécie de epifania mágica que encandeava por completo o meu espírito de medo e de êxtase”; “essa viragem só se dará quando mortais encontrarem sua própria essência (MBEMBE, 2014)

Em uma construção inicialmente paradoxal o conceito de viragem assume os significados de superação, resultado de uma ressignificação própria (e autossignificação, fundamentalmente) e é entendido também como passagem, na abordagem lúdica feita por culturas africanas da morte como um estágio de transição entre dois momentos, mas o paradoxo se desfaz quando se entende “passagem” não

apenas atrelada a morte mas como o resultado de caminhar, mover-se por sua própria vontade de um lugar ao outro. E assim conclui Achille Mbembe ao findar suas incertezas de jovem e passar à vida madura, concluindo “a experiência sul-africana demonstra que a ordem “levantar e marchar” – a descolonização – dirige-se a todos.

## Capítulo II – Abertura do mundo e ascensão em humanidade

O presente capítulo inicia a discussão teórica sobre a série de inquietudes expostas pelo autor:

a descolonização — contanto que um conceito tão aberto possa constituir uma marca — não terá passado de um fantasma sem densidade? Em última análise, não terá sido apenas um acidente tumultuoso, um estilhaço à superfície, uma pequena fenda externa, o sinal de um futuro a subtrair-se? Será a dualidade colonização/descolonização dotada de um único sentido? Enquanto fenômenos históricos, uma não se refletirá na outra, uma não implicará a outra, como duas faces de um mesmo espelho? (MBEMBE, 2014)

Por sua vez, passam todas por uma problemática central: a falta de concretude do conceito de colonização. Ora, partiremos, pois, de sua mais ínfima significação até abarcar toda a amplitude e profundidade possível no espaço em que dispomos.

A apropriação desse conceito por distintos campos<sup>3</sup>, fez com que perdesse o caráter incendiário com o qual se constituía inicialmente “a descolonização acabou por transformar-se em um conceito de juristas e historiadores” “sob essa forma ínfima a descolonização designa, simplesmente a transferência de poder da Metrópole para as antigas colônias, aquando da independência”

essa transferência de poder é geralmente o fruto de negociações pacíficas e compromissos assumidos entre as elites políticas dos novos países independentes e as antigas potências coloniais, ou uma consequência de uma luta armada para abolir a ascendência estrangeira, resultando na derrota, ou mesmo na evicção dos colonos e na reapropriação do território nacional pelo novo poder autóctone (MBEMBE, 2014).

Reside nessa concepção uma falha estrutural – mais uma vez derivada da problemática em torno do que de fato é a descolonização - que equivoca-se no momento

---

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

em que pensa a descolonização como a realização de múltiplos “não ser”. Não ter mais a presença do colono em seu território, não ter mais submissão ao controle da metrópole e, finalmente, não ter a alcunha de “colônia”. Contudo, é de fato o “ser” que determina genuinamente a descolonização; não é suficiente os “não ser” para a conclusão da emancipação humana que pretende a descolonização. “A abertura do mundo” que dá título ao capítulo inclui a ideia de desabrochar. Não é apenas sobre desfazer o controle da metrópole, mas sobre alcançar a capacidade plena de (re)construção e finalmente a autogestão de um projeto de humanidade pensado pelos próprios humanos (colonizados) em questão. “a questão da abertura do mundo – de pertencer ao mundo habitar ao mundo, criar o mundo ou ainda as condições sob as quais nos constituímos herdeiros do mundo – é o fulcro do pensamento anticolonialista e da noção de descolonização” (MBEMBE, 2014).

São comuns também tentativas equivocadas de fusão entre o anticolonialismo e nacionalismos (FANON, 1961). E assim acontece porque, em um primeiro momento, as pautas anticolonialistas são dedicadas a repressão de injustiças sociais, e essa luta pela consolidação democrática frente ao autoritarismo colonial desagua em reivindicações de cunho nacional. Esse processo seria valoroso caso representasse, de fato, as aspirações da totalidade de uma nação. Contudo, a debilidade da burguesia nacional e a falta de identificação com o povo fazem com que a aspiração nacional seja um empecilho a plenitude da descolonização. A burguesia nacional que toma poder com o fim do regime colonial é uma burguesia subdesenvolvida, seu poder econômico é quase nulo e esta é, portanto, incapaz de assumir o lugar que antes ocupava a burguesia metropolitana. Com isso, a independência acaba por forçar a serem mandados pedidos de socorro à antiga metrópole; bem como exemplificam alguns casos latino-americanos, em que o retorno da relação com os colonos fez surgir nos nativos a vocação aos bordéis.

No seio desta burguesia nacional não existem industriais nem financeiros. A burguesia nacional dos países subdesenvolvidos não se orienta pela produção, pelos inventos, pela construção, pelo trabalho. Canaliza-se inteiramente para as actividades do tipo intermédio. Estar no circuito, nas combinações, parece ser a sua profunda vocação. A burguesia nacional tem uma psicologia de homem de negócios não de capitães de indústria. E é verdade que a avidez dos colonos e o sistema de embargo estabelecido pelo

colonialismo não lhe permitirão escolher.<sup>4</sup> (FANON, 1961)

### **Capítulo III – Sociedade francesa: Proximidade sem reciprocidade**

Nas palavras do próprio autor, o presente capítulo pretende ajudar a entender porque, ainda hoje, a França “teima em não pensar a pós-colônia de forma crítica” (MBEMBE, 2014). Vale iniciar considerando que talvez exista uma superestimação do republicanismo e do seu potencial como arauto da inclusão e do humanismo, que, por sua vez, omite sua eficácia para a exclusão e discriminação, herdadas de outras concepções de governo. Uma das heranças problemáticas da colonização e da lógica de exploração africana como um todo é a formulação do conceito de “raça” como parte do ferramentário do qual o colonizador (agora ex-colonizador) dispõe e utiliza para a manutenção do poder; e com essa ferramenta dita a identidade social do estranho, bem como os espaços que ele frequentará. Dessa forma, pensar o conceito de raça na atualidade é pensar o problema daqueles que, “apesar de estarem conosco, entre nós ou junto de nós, não são dos nossos” (MBEMBE, 2014).

Apesar dessa realidade, existe ainda a ideia de uma “colonização bem feita” ou ao menos de um “mal necessário”. Fato é que a forma como procederam os colonizadores era uma: a adoção da violência de forma pura para coagir os colonos; ainda assim persiste a concepção de que todos os agouros foram apenas a deturpação de uma grande ideia, como se mostra em “atualmente tende-se para sua reescrita elaborando uma história de “pacificação” e “esse argumento assenta na ideia antiga de que a colonização foi uma iniciativa humanitária e contribuiu para a modernização das velhas sociedades primitivas”. A insistência em uma visão de mundo que tenta amenizar a perversidade da máquina colonial como um todo impede também a possibilidade de estruturar uma democracia que seja capaz de reinventar a relação interpessoal, em um contexto em que se mantém presente a discriminação. Assim a problemática da democracia atual e a sua superação se traduz em: “aprender a tratar o outro”, o que implica em “a futura democracia dependerá da questão de saber quem é o meu próximo, como tratar meu inimigo e o que fazer do estrangeiro” (MBEMBE, 2014).

### **Capítulo IV - O longo inverno imperial francês**

---

<sup>4</sup> FANON. *Os condenados da terra*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

No seu quarto capítulo, o autor traz consigo a problemática da ausência da produção literária do pensamento pós-colonial. A figura fulcral gira em torno da crítica à postura francesa a cerca do pensamento pós-colonial. Nesse contexto o autor, com ímpeto menciona a cegueira e descaso a respeito do assunto até o início do milênio que só foi quebrado por Edward Said. Durante todo o desenvolvimento do subtítulo: “Convulsões de expressões plurais”. É explicitada a postura da França que vai de encontro a qualquer publicação neste sentido. É o denominado por Mbembe, como “inverno imperial”, ou seja, a negação francesa de aceitar a regressão do pensamento e que ganha ascendência nos meios acadêmicos anglo saxônicos. *A posteriori* é interessante o autor tentando elucidar esse tom de retração do pensamento francês. Ele começa ao expor alguns pontos que podem “fundamentar” esse pensamento. À frente, a análise inicia-se com a abordagem histórica deste país que levantam informações, desde ascensão como uma nação dominante detentoras de verdadeiras epopeias com destaque mundial para uma nação derrotada, sem o grande impacto no cenário mundial que perdera seu motivo de orgulho. Porém esse momento histórico da colonização, figura na nação francesa como ápice de um período de grandes glórias, mas que não chegou ao ponto suficientemente grande de pensar a pós colônia de uma maneira crítica ou quiçá lá por existir ainda um apego pelo ideário suprimido.

Nesse sentido, o que há de escandaloso é este país, na sua cosmovisão, entender que a descolonização foi à causa da chamada “derrota do pensamento” na França. Inclusive num tom de espanto, o Mbembe relata o caso de algumas personalidades do pensamento francês, algumas de ideologia esquerdista que sempre simbolizaram as lutas, de uma maneira geral, largarem tudo e tornarem-se afetos a essa política.

Uma posição incontestável que nos leva a crer na veracidade destas exposições residi na questão da produção cultural e artística, salvo três intelectuais de origem francesa, nenhuma obra se propôs ao menos citar, no seu período, a majoração dos movimentos de direitos cívicos nos Estados Unidos e as lutas contra o apartheid. Nem mesmo Michel Foucault toca no assunto, numa época em que a África do Sul era a única personificação real da segregação.

Diametralmente, a manifestação contra o Estado ou seu ideário era assimilada a marginalidade; ainda assim, quando não o bastante, a censura se encarregava de silenciá-los. De qualquer forma, o grande dano já estava consumado! A cisão não

apenas afetou uma leva ou duas de acadêmicos, mas principalmente as instituições que produzem e chancelam o saber.

Já no subtítulo “Convulsões de expressões plurais” nota-se uma pequena evolução iniciada nas margens da sociedade parisiense. Através das manifestações artísticas e culturais, alguns elementos da cultura afro-americana ganham espaço entre os mais jovens minoritários. Ainda que a cultura negra já tivesse desenvolvido seu ápice e, naquele período, encontrara-se em declínio. A ascensão de figuras futebolísticas negras que não corriam ao debate contra o racismo introduzem em pequenas doses o antídoto contra o racismo. Estes figurando, como os semelhantes nessas posições, ideários observados pela periferia.

Acerca da questão emigratória, o escritor se posiciona criticamente como a forma que essa política vem sendo desenvolvida. Cada vez mais se constituindo inflexíveis e baseadas em estereótipos que impedem o ingresso de estrangeiros no país, exceto para estudo, visitar parentes e etc. Porém de igual forma essa atitude prejudica o estrangeiro que já vive no país. E como se não bastasse, o Estado francês contempla estes fatos e observa essa postura com olhares altivos e se vangloria de suas expulsões. Não à toa, como destacado pelo autor: deveras por alguns o seu reconhecimento xenofóbico.

No quesito “dar voz a população afro”, mais uma vez a situação é deplorável. Para o autor e leitor fica evidente a minoração das oportunidades concedidas a comunidade negra. Locais de destaque no debate, onde habitam formadores de opinião pública. Não são cedidos a negros! A figura deles e suas causas só ganham expressão através de profissões, que o exponham-nos ao público, todavia os espaços no qual o ser alcança visibilidade pelo seu intelecto são mitigados. É com esta última crítica que finda a abordagem deste subtítulo.

Em seu terceiro subtítulo denominado “Querelas Bizantinas” fica evidenciada, em decorrência da abordagem dos fatos com persistente tom de desaprovação, a ilusão criada que crê na colonização como um processo breve e amenizado, e por isso, não teve o impacto exposto por autores como o próprio Mbembe, Achille ou Satre, Beauvoir<sup>5</sup>. E por isso limita a discussões a cerca da passagem do Império ao Estado Nação. Ou seja, a abordagem que temos dentro deste período é reconhecida como questões escusáveis, que negam observância ao fato em suas práticas reais e aparta das

---

<sup>5</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Colonialismo y Neocolonialismo Situations V*. Gallimard. Paris, 1964.

discursões qualquer abordagem que possa imputar a França alguma responsabilidade, ainda que meramente afetiva. Mas isto não basta talvez o fator gerador dessa ideologia se apresente no aspecto residual da inferiorização jurídica e estigmatização racial e cultural herdados. A esta herança flui o título seguinte como: “O desejo de provincialização”.

A este é tratado como o alvo, por parte daqueles que veem na emigração a forma danosa e destrutiva de sua nação, e por isso deve ser evitada. Por este fato, o autor vislumbra a análise neo-revisionista e seus prejuízos a entrada do pensamento pós-colonial na França. O primeiro fator de mudança exposto por estes cidadãos, diz respeito ao contexto mundial de conflito vivido e que nos levam a crê – segundo estes – a necessidade de contenção de emigrantes clandestinos, idealizados como inimigos reais e por isso, deve-se relativizar alguns dispositivos que regulam estes casos e tratam-nos diferentes do que verdadeiramente são.

É nesta abordagem extremamente pessimista e inexorável que o islamismo radical se torna o principal alvo o qual é ponto central no seu segundo diferendo. Sob uma fachada os neo-revisionista defendem o dever de o Estado garantir, em nome de sua laicidade, a libertação dos islamitas de suas práticas religiosas que causam aos olhos externos, posição de inferioridade em uma religião desigual. Na verdade, o foco francês não está em garantir direitos feministas ou incentivar o empoderamento feminino. A finalidade precípua é criar um cenário de sobrevivência inóspita e incômoda aos muçulmanos islamitas e com isso minorar os casos de entrada no país, sob a forja de garantir o posicionamento neutro do Estado em relação à religião.

Já no terceiro ponto, o autor invoca a figura de um país mitológico, excelso em valores e glórias. Mas como bem exposto (MBEMBE, 2014) a figura falsa francesa produzida é que a mesma: “alumia as suas colônias e as difunde no mundo. Logo, não se trata de ocultar a colonização como tal, mas de usá-la como matriz ideológica da educação cidadã (...)”. Ou seja, a França eleva a categoria de benfeitoria e jamais como sinônimo de desgraça que fora.

E por fim, o último aspecto se desenvolve na questão do racismo como de caráter residual e sem importância, na França. Alegando-o como presente em apenas uma parcela da população e absurdamente tratado como diferença cultural.

## **Capítulo V África: A casa sem chaves**



No instigante capítulo, o autor retrata a África sob o ponto de vista territorial e sua formação no decorrer do século XIX, desde a criação das fronteiras anteriores a Conferência de Berlim até a submissão dos primeiros movimentos de resistência. Apresentando o contexto de formação e produção da delimitação espacial. Mbembe atribui ao neocolonialismo o motivo precursor dos conflitos que permeiam a sociedade africana até os dias de hoje, e o faz sob uma análise criteriosa e detalhada.

Com tom incisivo, o mesmo explica como uma das formas de estruturação dos limites internos de cada país, baseado em critérios étnicos e raciais, foram decisivas para originar espaços ocupados por grupos rivais e distintos. Como principal exemplo e referência, o autor descreve o contexto vivido pela África do Sul no período do apartheid que implementou diversas políticas segregarias a população negra e benefícios a minoria branca. Acertadamente o autor chama a atenção a políticas, ainda hoje, que perpetuam o evento ora superado, sob outros pretextos como: “a reorganização do espaço para fins políticos e econômicos” (MBEMBE, 2014). Porém que culminam na concretização das identidades étnicas e prolongam o cenário de segregação. Consoante ao fato a “The Alliance for Rebuilding Governance in África (ARGA)” acentua que:

O Estado pós-colonial foi monopolizado e pervertido pelas elites políticas que esvaziaram o modelo importado da sua substância, desviando o seu espírito e sentido, transformando a sua vocação e seus poderes através da gestão patrimonial dos assuntos públicos<sup>6</sup>. (JAGA, 2012)

Esta citação reflete bem a visão trazida pelo autor sobre o assunto, que com propriedade o desenvolve. A partir daí ingressa a consequência da ação colonial no desenvolvimento da ocupação desigual, no espaço territorial. Esta que culminou na criação de grandes centros, sobre tudo com a chegada da estrada de ferro e o desenvolvimento das culturas de renda. Embora tenha gerado esse problema de divisão do espaço, regiões superpopulosas e outras desérticas, evidencia-se também o surgimento de crenças e costumes benéficos que incentivam a união, até mais importante, promovem a vida social e a ordem, onde muitas vezes, o estado africano não detém tanta legitimidade ou mesmo deixa a desejar em algumas áreas de sua

---

<sup>6</sup> JAGA. **Reconstruir o estado Africano pós-colonial através da descentralização e integração regional**. Disponível em: <[http://jaga.afrique-gouvernance.net/\\_docs/pt\\_memorando\\_workshop\\_3.pdf](http://jaga.afrique-gouvernance.net/_docs/pt_memorando_workshop_3.pdf)>. Acessado em: 20 out. 2017.

atuação.

Páginas à frente, o autor traz uma abordagem criteriosa e densa dos fatos; prolata a problematização da ação estatal em desfavor da população predominante no continente e desenvolve o raciocínio fazendo alusão, desde as lutas de resistência até sua conversão pela simples luta pela sobrevivência. Essa linha de pensamento do autor, diz respeito à informalização da economia e das instituições estatais. Achille Mbembe expõe a ideologia coercitiva utilizada pelo Estado, através do medo para minorar qualquer forma de exteriorização da insatisfação governamental. Essa forma de coação provou ser bastante eficaz, pois por meio do medo o indivíduo deveria avaliar que consequências o seu “direito de expressão” podê-lo-iam expor. Como consequência, mais tarde, este cenário de instabilidade e tensões foi propício para a minoração dos movimentos de democratização (como de se esperar). Em seguida, o autor denuncia as elites pela forma que atuam no cenário político. E faz denúncias graves como: a manipulação na ação governamental; delimitação do campo de atuação (através do poder público!) com o objetivo de silenciar a oposição; e ainda, a marginalização dos protestos. A respeito do tema tratado, Makau Mutua mergulha nas linhas penosas que tecem a organização africana e produz um rascunho da situação geopolítica:

Estados com partidos únicos obscuros e opressores e ditaduras militares proliferaram no continente. As elites dirigentes africanas não foram capazes de implantar a promessa da constituição liberal e aderirem ao Estado. A transição do colonialismo para um Estado independente, viável e pós-colonial provou-se extremamente desafiadora. As elites escolheram primeiramente consolidar seu próprio poder. Elas sufocaram a dissidência, desmantelaram as constituições liberais, refugiaram-se nas lealdades étnicas, reforçando o estado patrimonial. Corrupção e capitalismo de compadrio tornaram-se uma cultura<sup>7</sup> (MAKAU, 2016)

A partir destes fatos (com destaque a manipulação das regras do jogo por um dos jogadores) originaram-se três consequências: a desinstitucionalização e informalização aceleraram, surgindo assim: outra divisão social que separa aqueles que estão protegidos (direta ou indiretamente) dos que não estão; mais tarde foi necessário dividir a oposição que pelejava entre si devido a acentuadas disputas de caráter étnico; e por fim, quando finalmente as fileiras da oposição emergiram ao poder... A violência

---

<sup>7</sup> MAKAU, Mutua. *A África e o Estado de Direito*. SUR 23, 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/africa-e-o-estado-de-direito/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

deflagrou-se de uma forma nunca vista antes. Todos estes fatos retratam a necessidade de ajuda que o continente precisa. No contexto global as instituições internacionais tem sido negligentes, e no cenário interno a África tenta um sobre fôlego de vida sufocada por tantos problemas.

### **Capítulo VI - Circulação dos mundos: A experiência africana**

Trazido pelo autor a nossa reflexão esta a questão sexual e os novos estilos de vida, que emergem no continente aliada a grandes mudanças na base da pirâmide social. As transformações ocorridas na quarta parte do século XX alteraram as estruturas familiares em diversos aspectos. Assim como no resto do mundo, a mulher conquista espaço chamando para si a responsabilidade, seja pela crise que dificulta a existência, seja assumindo a chefia de suas famílias (por não habitarem mais com seus parceiros). Na África não é diferente neste aspecto e quiçá lá até mais acentuado. Essas mudanças também resultaram na formação de famílias diferentes das tradicionais. Nessa linha, a sexualidade dos jovens fora do casamento evoluiu, todavia a visão que se tem da homossexualidade (dos pobres) é recepcionada como por influência de demônios, fora do senso comum ou mesmo perversa e transgressiva (que também é partilhada no Brasil). De fato essa cosmovisão é endossada por uma cultura que figura no poder, desde sempre, a seguinte linha indivíduos com uma linha de pensamento machista:

A comunidade política pretendeu ser, desde sempre, o equivalente de uma sociedade dos homens, ou mais precisamente, dos anciãos. A sua efigie residiu sempre no pénis ereto. Pode, alias, afirmar-se que o conjunto da sua vida física organizou-se sempre em função do elemento da inflação do órgão viril<sup>8</sup>. (MBEMBE, 2014)

Porém essa visão androcentrica favorável às elites é posta em cheque, quando aqueles que se beneficiam dos conflitos em geral adotam essa pratica. O autor rebate com empenho e expõem fatos e passagens que pregam atitudes opostas às vivenciadas pela nobreza, que retratam-na como: “maquina de desfrutar prazeres sem limites”, inclusive de atos homossexuais as quais tanto condenam investidos na figura de poder, mas como se vê, o pregador não prega a vida que vive. Através da leitura é possível

---

<sup>8</sup> MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2014.

notar um sentimento pessoal na escrita desses argumentos e por isso, percebe-se um grande defensor das diferenças na figura do autor que desenvolve boa parte do capítulo na conotação, quando se refere à lascívia da elite.

O discurso africano em que o autor inclui expressões como: a dança, artes, literaturas, músicas e filosofia por um grande período esteve mitigado por três referenciais: inúmeras variações do nacionalismo anticolonial; releituras infundáveis do marxismo que influenciaram o socialismo africano e o impulso pan-africano que concebia uma solidariedade internacional e anti-imperialista. Já na chegada do ano de 1970, duas produções impactam o autor e figuraram indispensáveis à formação e criação do conceito de afropolitanismo: “O sol das independências” e “Devoir de violence.” Expressando de forma vulgar o conteúdo destas obras, a ideia central trazida destas escrituras tratam da escrita de si, ao invés da escrita da negritude. Além de serem baseadas na relação com o tempo. Outra característica que emerge e as diferencia, é o fato da relativização e questionamento do conceito “o quê é a realidade?” O conceito de comunidade também é alterado e passa a ser inquirido pela criação de resíduos culturais, sendo assim a comunidade não se constitui apenas daquilo que é visível, mas também do que não se vê.

Mais tarde relacionado ao ingresso do continente africano “na nova era da dispersão e circulações” (MBEMBE, 2014) ocorre o crescimento da ideologia e conhecimento. Esse crescimento foi resultado de migrações forçadas no passado, e como berço cultural que é, recebe e recebeu inúmeros movimentos populares. Todos esses fatos aliados a séculos de migrações e principalmente emigrações para a escravidão, que o autor detalha suas formas de idas e vindas, garantem a presença de africanos em todas as partes do globo terrestre. Estes carregam dentro de si um pedaço da sua nação, seja de origem árabe, europeia ou asiática que em diferentes momentos da história estiveram presentes no território africano. A sua cultura é dissipada pelo mundo a fora e nos atinge seja na música, dança e outras formas de expressão e depois retorna a seu berço findando o ciclo. A mãe África não pode ser entendida sem esse trânsito de etnias existente desde seu gênese e por outro lado, o mundo não pode ser visto sem a miscigenação.

Embora essa aglutinação cultural estivesse presente na formação e desenvolvimento da África. O significado de afropolitanismo transcende essa visão. Para o autor, ela abarca os fenômenos do trânsito e a sua resignificação que se

consubstancia num modo partilhado por todos de pensar e viver. Logo, ela procede do íntimo como uma forma de contemplar o mundo por meio de suas expressões: artísticas, políticas e sociais. A qual denominou-se: “sensibilidade cultural”. A verdade é que hoje esses três paradigmas referenciados no início do texto foram cristalizados de tal forma que os avanços não podem ser mensurados com o mínimo de credibilidade. As mudanças não são efetivadas por que as instituições que as mantêm funcionam como uma espécie de “renda garantida” e, por isso, bloqueiam toda renovação da crítica cultural e mitigam a contribuição na reflexão contemporânea.

Em seguida o autor contempla em seu livro a falácia da ideologia e do discurso indigenista do grupo denominado “autóctones” (que são os daqui) em desfavor dos “alógenos” (aqueles que não são daqui). O autor expõe como essa prática incitou o surgimento de um conflito que coloca dois grupos irmãos, na peleja. A questão central desta parte do enredo figura no conflito que não é dirigido ao verdadeiro causador (quase sempre verte ao mais fraco) e por isso gerando mais uma vítima dessa cultura xenofóbica. É interessante, que os indigenistas pensando proteger a sua cultura da minoração ou inclusão de novos elementos, não percebem que esta foi concebida por missionários e colonos. Ou seja, o movimento que num momento surge com ideal venerável, avança ao extremo e figura, agora, como um ideal racista que luta contra outros, quando na sua natureza, também o é. A própria história africana apresenta outros fatos semelhantes, que o autor com repúdio cita, como o caso de uma população branca minoritária que absorveu o sentimento anticolonialista de tal modo que se formou um Estado racista. Algumas páginas adiante o autor relata mais uma situação de desalento, que surgira como um ideal a ser seguido: “O nacionalismo africano.” Mbembe não esconde o desejo por essa utopia de ser visto como pessoa, simplesmente, pelo fato de ser humano. Todavia a partir do momento que o Estado converteu esta ideologia, toda a sua expressão foi perdida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

FANON. **Os condenados da terra**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961.

JAGA. **Reconstruir o estado Africano pós-colonial através da descentralização e integração regional**. Disponível em: <[http://jaga.afrique-gouvernance.net/\\_docs/pt\\_memorando\\_workshop\\_3.pdf](http://jaga.afrique-gouvernance.net/_docs/pt_memorando_workshop_3.pdf)>. Acessado em: 20 out. 2017.

MAKAU, Mutua. **A África e o Estado de Direito**. SUR 23, 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/africa-e-o-estado-de-direito/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Luanda: Ed. Mulemba, 2014. 200 p. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0Bz1e3NRBQIZwa25RZGFjY3U0MjQ>>. Acesso em 20 out. 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo y Neocolonialismo Situations V**. Gallimard. Paris, 1964